



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Oliveira

Parecer nº 80/IEF/NAR OLIVEIRA/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0023332/2022-60

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: MINERAÇÃO E COMÉRCIO JOSÉ XAVIER GONÇALVES E FILHOS LTDA.	CPF/CNPJ: 20.912.887/0001-00
Endereço: FAZENDA FALEIRO	Bairro: ZONA RURAL
Município: CLÁUDIO	UF: MG
Telefone: (37) 3432-0763	E-mail: joaocarlos@magmin.com.br

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: SÔNIA MARIS GUIMARÃES CAMPOS E OUTROS	CPF/CNPJ: 029.224.216-60
Endereço: FAZENDA FALEIRO	Bairro: ZONA URBANIZÁVEL
Município: CLÁUDIO	UF: MG
Telefone:	E-mail:

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA FALEIRO	Área Total (ha): 414,5569
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 18528	Município/UF: CLÁUDIO/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3116605-CCBA.B0AF.B199.4A27.AB96.F73E.CD22.8C8F	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	554	indivíduos

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	554	indivíduos	23K	526.351	7.739.842

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Mineração	Produção de brita	1,06

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	Área antropizada		1,06

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
--------------------	---------------	------------	---------

Lenha nativa		30,3245	m³

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 13/06/2022

Data da vistoria: 21/06/2022

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 27/06/2022

## 2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação de corte ou aproveitamento de 554 árvores isoladas nativas vivas em 1,16 ha visando a ampliação da área de exploração mineral da empresa.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Fazenda Faleiro, se localiza no município de Cláudio, registrado no cartório de registro de imóveis deste município sob o nº 18528, possui uma área total de 414,5569 ha e que correspondem a 13,8186 módulos fiscais.

A empresa requerente arrenda uma área de 28,00 ha dentro do imóvel, conforme contrato de arrendamento apresentado no processo.

A propriedade é composta por áreas de agricultura, pecuária e vegetação nativa que compõem a reserva legal e área de preservação permanente, áreas de exploração mineral e remanescentes nativos.

A propriedade está inserida no Bioma Mata Atlântica, pertence à sub-bacia do Rio Pará e bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3116605-CCBA.B0AF.B199.4A27.AB96.F73E.CD22.8C8F

- Área total: 414,5569 ha

- Área de reserva legal: 88,8001 ha

- Área de preservação permanente: 25,8064 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 199,6824 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 88,8001 ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV-9-18528

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 07 glebas

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

#### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A intervenção requerida se trata do corte ou aproveitamento de 554 árvores isoladas nativas vivas em 1,16 hectares, sendo pretendida a ampliação da área de exploração minerária da empresa.

Desta área, 0,84 ha é para exploração minerária e 0,32 ha é regularização da supressão de árvores isoladas ocorrida em 2015 e devidamente autuada pela Polícia do Meio Ambiente através do auto de infração nº 12717/2015. Este auto de infração foi quitado pelo empreendedor, atendendo à legislação vigente.

Conforme informações apresentadas no Projeto de Intervenção, documento SEI nº 46986534, a área requerida para intervenção está localizada na abrangência do Bioma Mata Atlântica, porém encontra-se antropizada por atividade pecuária do passado, sendo composta predominantemente por pastagem.

De acordo ao censo florestal apenso ao PUP, com relação à composição florística foram mensurados 451 na área de indivíduos de 4 espécies florestais. As espécies levantadas, entre outras, foram: *Plathymenia foliolosa* (Vinhático); *Terminalia glabrescens* (Capitão), *Diospyros lasiocalyx* (Caqui-do-mato), *Bowdichia virgilioides* (Sucupira preta), *Leptolobium dasycarpum* (Amendoim-bravo), *Stryphnodendron adstringens* (Barbatimão), *Aegiphila integrifolia* (Tamanqueira), *Hyptidendron asperum* (Catinga-de-bode), *Luehea divaricata* (Açoita-cavalo), *Zanthoxylum rhoifolium* (Maminha de porca) e *Astronium fraxinifolium* (Gonçao-alves).

Não foram registrados indivíduos ameaçados de extinção, conforme Portaria MMA 443/2014 ou de proteção especial.

Com relação à volumetria, o estudo indica que a intervenção apresenta rendimento lenhoso total estimado em 30,3245 m³ de lenha nativa. Devido à baixa altura e diâmetro das árvores, chegou-se essa volumetria.

O produto florestal oriundo da intervenção será incorporado ao solo, conforme declarado no Requerimento para Intervenção Ambiental.

Taxa de Expediente: Foi recolhido em 19/05/2022 o DAE nº 1401189316781 no valor de R\$ 601,06 referente ao Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em 1,16 hectare.

Taxa florestal: Foi recolhido em 19/05/2022 o DAE nº 2901189326793 no valor de R\$ 112,67 referente à volumetria de 16,8704 m³ de lenha de floresta nativa declarada no auto de infração e recolhido em dobro. Foi recolhido em 19/05/2022 o DAE nº 2901189324227 no valor de R\$ 146,19 referente à volumetria de 21,8893 m³ de lenha de floresta nativa.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23121308

##### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: muito baixa
- Prioridade para conservação da flora: baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não sobreposta
- Unidade de conservação: não sobreposta
- Áreas indígenas ou quilombolas: não sobreposta
- Outras restrições: nenhuma

##### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: A-02-09-7
- Atividades licenciadas: EXTRAÇÃO DE ROCHA PARA PRODUÇÃO DE BRITAS
- Classe do empreendimento: 3
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: LAS/RAS

- Número do documento: **5960/2021**

#### **4.3 Vistoria realizada:**

Conforme Resolução Conjunta SEMAD e IEF nº 3.102/2021, em 25/04/2022 foi realizada análise remota através das ferramentas geoespaciais disponíveis e imagens de satélite atualizadas disponíveis nos sites Web-SCCON Geospatial, *Google Earth* e IDE-SISEMA, além dos arquivos *shapefile* disponibilizados nos autos do processo e disponíveis na plataforma do SICAR Nacional.

Após análise das imagens de satélite atualizadas disponíveis, confirmou-se que a área objeto da intervenção trata-se de área comum, antropizada, predominantemente ocupada por pastagem com ocorrência de indivíduos arbóreos isolados. Com base na imagem do Satélite *LandSat 5* capturada em 27/06/2002 confirmou-se que a área já se encontrava antropizada antes de 22/07/2008.

Com relação ao imóvel, trata-se de propriedade rural sendo a agricultura a principal atividade desenvolvida. Em termos de uso do solo, o imóvel encontra-se predominantemente ocupado por áreas consolidadas, áreas de exploração mineral, infraestrutura, agricultura e pastagens com ocorrência de indivíduos arbóreos isolados, áreas de preservação permanente e remanescente de vegetação nativa, declarados como Reserva Legal do imóvel no CAR.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: plano a ondulado

- Solo: latossolo vermelho

- Hidrografia: sub-bacia do Rio Pará e bacia hidrográfica do Rio São Francisco

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A propriedade está entre os Biomas Mata Atlântica e Cerrado, conforme IDE-SISEMA, porém a área requerida está nos limites de Mata Atlântica. Não existem espécies da flora ameaçadas de extinção no local.

- Fauna: não observada

**4.4 Alternativa técnica e locacional:** Considerando que a presente intervenção ambiental trata-se do corte de árvores isoladas nativas vivas em área comum, antropizada e de uso consolidado, este item não se aplica.

#### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Considerando que as Taxas Estaduais foram devidamente recolhidas para o tipo de intervenção requerida, inclusive as taxas referentes ao volume do auto de infração;

Considerando que o processo fora instruído adequadamente, sendo apresentados todos os estudos conforme Decreto Estadual nº 47.749/2019 e Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021;

Considerando que não foram localizados no sistema CAP, autos de infração em aberto em nome do proprietário e do empreendedor, na propriedade objeto da intervenção ambiental, uma vez que o auto de infração fora quitado;

Considerando que se trata de atividade considerada de utilidade pública nos termos do disposto na alínea "b" do inciso I do art. 3º da Lei Estadual nº 20.922/2013;

Considerando que a área requerida se encontra antropizada por atividade mineral e pecuária, sendo composta predominantemente por pastagem;

Verifica-se que não há impedimento legal e técnico que possa indeferir o requerimento protocolado pelo requerente, sendo a intervenção requerida passível para o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas para exploração mineral.

##### **5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção que abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

- Exposição do solo;
- Alteração da qualidade do solo;
- Perda e alteração da camada superficial do solo;

- Exposição do solo, ocasionando menor taxa de infiltração de água pluvial e o aumento do escoamento superficial;
- Erosão e geração de sedimentos;
- Geração de material particulado em suspensão, ruídos e vibrações;
- Afugentamento da fauna;
- Descaracterização paisagística;
- Perda da diversidade vegetal na área.

#### Medidas Mitigadoras:

- Deslocamento e/ou revolvimento do mínimo de solo possível;
- Adotar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
- Construção de terraços ou bacias de captação para acumulação das águas pluviais;
- Realizar manutenção constante do sistema de drenagem para escoamento das águas pluviais, melhorando a infiltração e reduzindo processos erosivos;
- Reduzir ao máximo da movimentação do maquinário visando alterar o mínimo possível a qualidade do ar e geração de ruídos;
- Utilizar técnicas e meios para afugentamento de fauna;
- Realizar inspeção para eventual resgate de fauna, como por exemplo, preservar ninhos de aves que possam existir nestas árvores;
- Respeitar rigorosamente os limites da área requerida;
- Executar na íntegra todas as medidas mitigadoras e compensatórias previstas no PUP.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

Conforme Memorando-Circular nº 1/2021/IEF/DCMG, disponível no Processo SEI nº 2100.01.0004794/2021-69, fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opina-se pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento para Corte ou aproveitamento de 554 árvores isoladas nativas vivas em 1,16 ha, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado à incorporação no solo.

Trata-se de parecer de natureza meramente opinativa não tendo esta manifestação, portanto, caráter vinculante, visto que a autoridade competente poderá decidir pelo deferimento, ou não, do pedido do requerente, de acordo com a sua conveniência e oportunidade, independentemente da conclusão externada neste parecer.

*\*Todas as informações prestadas neste parecer foram apresentadas pelo empreendedor nos estudos que compõem o processo.*

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

### A. Compensação Minerária:

Considerando que a presente intervenção ambiental trata-se do corte de árvores isoladas nativas vivas em área comum, este item não se aplica.

### B. Compensação de Mata Atlântica:

Considerando que a presente intervenção ambiental trata-se do corte de árvores isoladas nativas vivas em área antropizada e de uso consolidado, este item não se aplica.

**C. Compensação por intervenção em APP:**

Considerando que a presente intervenção ambiental trata-se do corte de árvores isoladas nativas vivas em área comum, este item não se aplica.

**D. Compensação de espécies protegidas ou imunes de corte:**

Considerando que a presente intervenção ambiental trata-se do corte de árvores isoladas nativas vivas sem proteção especial, este item não se aplica.

**8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:** não se aplica.**9. REPOSIÇÃO FLORESTAL**

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

**10. CONDICIONANTES****INSTÂNCIA DECISÓRIA**

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

Nome: **Marcela Cristina de Oliveira Mansano**

MA SP: **1.146.608-3**

**RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO**

Nome:

MA SP:



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Cristina de Oliveira Mansano, Gerente**, em 28/06/2022, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **48370066** e o código CRC **A15785A9**.